

## **INDICADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO E ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

Renata Kerr de Souza  
Acadêmica do Curso de Pedagogia/CPAN/UFMS/MS/PIBIC/CAPES

Stephanie Tiemi Okimasu  
Acadêmica do Curso de Matemática/CPAN/UFMS/MS/PIBIC/CAPES

Raphael Alex de Souza  
Acadêmico do Curso de Sistema da Informação/CPAN/UFMS/MS/BP-UFMS

Edelir Salomão Garcia  
Docente do Curso de Pedagogia e do PPGE/CPAN/UFMS/MS

**Eixo:** 13 - Políticas educacionais para pessoas em situação de deficiência

**Categoria:** Pôster

### **Resumo**

O Ministério da Educação, em 2003, lançou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade no qual objetivou difundir a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros, apoiando, a formação de gestores e educadores para transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Nesse contexto, esse estudo tem por objetivo mapear e analisar os índices de atendimento e escolarização dos alunos com deficiência que residem na zona urbana e rural do município polo de Corumbá e jurisdicionado. A fonte de pesquisa será os microdados que compõem o Censo da Educação Básica disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referente aos anos de 2007 a 2011. Para abstração dos dados foi utilizado o Software SPSS e para organização dos dados serão elaboradas tabelas, com a finalidade de elucidar o número de matrículas; tipo de atendimento, nível de escolarização, modalidade de ensino; tipo de deficiência; entre outros. Através da organização e do estudo dos dados quantitativos far-se-á uma leitura aprofundada de abordagem qualitativa que possibilite a análise dos impactos sociais e políticos do fenômeno.

**Palavras-chave:** Censo Escolar. Educação Inclusiva. Política Pública.

## INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo conhecer e analisar o número de alunos com deficiência (visual, auditiva, física, mental) matriculados nas escolas rurais e urbanas dos municípios pelo município polo de Corumbá do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e dos municípios jurisdicionados pelo Programa Educação Inclusiva direito à diversidade, a saber: Aquidauana; Antonio João; Bela Vista; Bandeirantes; Bodoquena; Bonito; Caracol; Douradina; Guia Lopes da Laguna; Ladário; Miranda; Porto Murtinho.

Esses dados por sua vez referem-se à Educação Básica e serão analisados nos diferentes níveis de ensino: Educação infantil (creche e pré-escola); Ensino Fundamental (séries iniciais e séries finais); e Ensino Médio, bem como na modalidade regular, especial e na educação de Jovens e Adultos no período de ao período de 2007 a 2011.

Para tanto será necessário mapear o número de atendimento de alunos na educação básica, no período de 2007-2011); Levantar o número de alunos com deficiência atendidos na educação básica por tipo de deficiência, modalidade de ensino, tipo de atendimento, localização da escola, dependência administrativa, entre outros, e Identificar as tendências e as divergências entre os atendimentos nos municípios e entre os municípios ao longo do período.

Esse estudo encontra-se em andamento e na fase inicial de coleta de dados. Dessa forma, temos por objetivo mostrar o caminho traçado por nós e apresentar algumas possibilidades de análise, ainda que provisórias referente a esse estudo.

Para chegarmos ao foco da presente pesquisa e para melhor compreensão dos dados coletados faz-se necessário retomar rapidamente alguns marcos históricos e normativos a respeito da Educação Especial, principalmente, sobre a inserção dos alunos com deficiência no ensino regular.

Historicamente, a educação especial brasileira se constituiu como um sistema paralelo de ensino e se responsabilizou pelo atendimento da população com deficiência prioritariamente nas instituições especiais privadas de caráter filantrópico (KASSAR; LAPLANE, 2010).

Segundo Glat e Fernandes (1999), o atendimento as pessoas deficientes, estava pautado num serviço paralelo, com métodos ainda com de forte ênfase clínica e com currículos próprios, se constituindo originalmente como campo do saber e área de atuação, a partir de um modelo médico, que despertou a necessidade de escolarização da clientela que se encontrava misturada nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente, no caso da deficiência mental. Até então não existia no Brasil nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas, imbecis, persistindo, desse modo, a negligência.

A década de 1950 iniciou uma rápida expansão das classes especiais, nas escolas públicas, e escolas especiais comunitárias e privadas sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria encontrava-se nos estabelecimentos públicos, em escolas regulares (KASSAR, 2004).

As classes especiais implantadas nas décadas de 1970 e 1980 serviram mais como um espaço de segregação para aqueles que não enquadravam no sistema regular de ensino, do que uma possibilidade para o ingresso na rede pública de alunos com deficiência, cuja maioria ainda continuava em instituições privadas (BUENO, 1993; FERNADES, 1999).

Segundo Kassar (2004), apesar das instituições de atendimento para pessoas com deficiências estarem presentes no país desde a segunda parte do século XIX, esse tema foi tratado legalmente apenas em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

À primeira LDBEN tratou da Educação Especial em dois artigos, sendo que o art. 88 propõe o atendimento ao deficiente “dentro do possível” na rede regular de ensino, enquanto que o art. 89 garante o apoio financeiro às instituições particulares consideradas eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação (GARCIA, 2000).

Em 1971, a Lei Educacional nº 5.692 que estabeleceu as diretrizes da educação de 1º e 2º graus e de acordo com o Art. 1º seu objetivo era o de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas

potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971).

Segundo Garcia (2000), essa lei, ao referir-se à Educação Especial, destinou tratamento especial aos alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, aos que se encontrasse em considerável atraso na idade regular de matrícula e ao superdotado, a ser fixado pelos Conselhos Estaduais de Educação. Nesse contexto, a educação é vista como necessária para o progresso da sociedade, pois possibilita a adaptação do indivíduo em seu meio.

Nesse momento, a Educação Especial se identifica com os “problemas de aprendizagem” surgidos no ingresso da população economicamente menos favorecida à escola com a expansão da rede pública, descaracterizando, de certa forma, a clientela especial como “alunos portadores de deficiências”, ou transformando as crianças com problemas de aprendizagem e os cronologicamente atrasados em “deficientes” ou “deficientes mentais educáveis” (KASSAR, 2000, p. 145).

Durante o período de reconstrução democrática, foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal e são discutidos o Estatuto da Infância e Adolescência – ECA e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição Federal traz como marca o movimento de descentralização, caracterizando um redimensionamento das competências entre federação, estados e municípios, favorecendo um afastamento gradativo do poder federal, a partir da valorização dos poderes municipais.

No contexto de mobilização e participação social, o texto Constitucional é aprovado, concebendo a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família no artigo 205 garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (KASSAR, 2004).

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino e ainda traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV) (art. 208, BRASIL, 2007).

Art. 227, § 1º, II da CF/88 garante que é dever do Estado à criação de programas de prevenção e atendimento especializado ao portador de deficiência, bem como o treinamento para o trabalho e a convivência, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (GARCIA, 2000).

Depois de dois anos da promulgação da CF/88, o Brasil participou em 1990 da elaboração e assinou a Declaração e Programa da Ação da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, de 5 a 9 de março, considerada um dos principais documentos mundiais sobre a educação, ao lado da Convenção do Direito da Criança (1988), bem como tornou-se signatário da Declaração de Salamanca, de 1994. A conferência sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento de mais essa vertente da educação, em que se combinam direitos já referenciados pela Constituição Brasileira e a Declaração Universal (FISCHMANN, 2009).

Após endossar a declaração de Salamanca, o Brasil iniciou o século com grande repercussão sobre a educação especial, inclusive no nível do discurso oficial em relação ao sistema de ensino (JANNUZI, 2004). E que segundo Fischmann (2009), tal discurso aponta a inclusão como avanço em relação à integração, implicando em uma reestruturação do sistema comum de ensino.

No que diz respeito à educação no campo, mas especificamente a educação para pessoas deficientes, processo histórico, os serviços educacionais organizados e destinados a eles nas áreas rurais, bem como as legislações entre essas duas vertentes que se cruzam educação no campo e educação especial pouco tem sido o campo de pesquisa.

O descaso do poder público em relação à escola rural segundo Rocha, Passos e Carvalho (2004), sempre colocaram essa vertente da educação a margem das políticas, entendida como resíduo, aplicando como política compensatória, desta forma acabava negando aos sujeitos do campo o espaço

de constituição cidadã de direitos, mas é a partir da (CF/88) que o direito a educação passa a ser garantido na legislação.

Segundo Souza, Santos e Rodrigues (2007), um desses motivos que explicam a ausência de políticas educacionais para a zona rural, tendo como discurso a falta de interesse da própria população camponesa pela educação formal, afirmando que os mesmos tinham interesse apenas pelo trabalho.

Quando estudamos o histórico da educação especial no Brasil vimos quanto lenta e sofrida a mesma tem se desenvolvida e a forma como esse alunado tem sido incluído dentro do ensino regular tanto nas escolas urbanas quanto nas rurais, a luta dos movimentos sociais na busca da educação como um direito que implique não só no ingresso desses educandos com necessidades especiais no ensino regular bem como a permanência dos mesmos e de todos os públicos independente de sua localidade, grupo cultural, condição social, raça e etnia (CAIADO, 2008).

Segundo a autora op cit, fazendo uma análise dos dados da zona rural os mesmos demonstram um cenário precário e desconhecido, pois segundo a autora, o Ministério da Educação em 2009 afirmava não conhecer a realidade da educação especial no campo. De 2009 até aqui 2012, pouco tempo se passou, mas algumas mudanças estão sendo feitas lentamente, mas ainda há poucos estudos que oferecem um mapeamento da educação especial na zona rural.

Em fim, se pararmos para pensar quanto tempo já ficou para traz? Quantos direitos foram deixados de lado em relação a essa clientela de alunos da educação especial, principalmente aqueles que residem no campo? É por essas questões, sobre esses direitos e para o desenvolvimento da educação especial seja na zona urbana quanto na rural é que se faz necessário desenvolvermos pesquisas que mostrem a realidade ou a precariedade dessa educação, para que esse quadro venha mudar e possa garantir o direito à educação para todos e que a mesma seja de qualidade sem qualquer tipo de discriminação.

## INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

Para atender aos objetivos propostos, esse estudo contou inicialmente com a realização de um estudo bibliográfico com a finalidade de compreender as tendências expressas nos documentos oficiais, bem como na produção científica da área sobre diferentes temáticas, entre elas: Políticas Públicas, Educação Especial, Educação Inclusiva, Educação no Campo. Essas leituras e análises serviram de base e aprofundamento para a compreensão do processo sócio-histórico da educação especial, principalmente, no que diz respeito ao processo de inclusão dos alunos deficientes no ensino regular e seu desenvolvimento nas zonas urbanas e rurais bem como identificar as tendências e como a área tem se constituído na atualidade.

Esta fase possibilitou, conforme destaca Lakato e Marconi (1999), o estabelecimento do modelo teórico inicial de referência, a determinação das variáveis de estudo e o desenvolvimento desse trabalho.

Para o desenvolvimento desse estudo utilizamos fonte documental através do estudo dos Microdados do Censo da Educação disponibilizado no portal do MEC. Segundo Severino (2007), a pesquisa documental tem como fonte documentos diversos, ou seja, não só impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos tais como: fotos, filmes, gravações, documentos legais, entre outros. Segundo o autor os documentos não tiveram nenhum tratamento analítico de seus conteúdos, sendo, nesse caso, considerado matéria prima a qual o pesquisador desenvolve sua pesquisa. De acordo com Fachin (2006), o registro dos dados deve seguir métodos e técnicas específicos para atender cada objetivo de estudo, pois sua classificação não se constitui em uma pesquisa.

Neste contexto, para efetuar a leitura, bem como fazer o tratamento estatístico dos dados será utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS). León e Huerta (2010, p. 68) destacam que *“El SPSS es una excelente herramienta, particularmente útil para el análisis estadístico de variables cuantitativas.”*

Segundo Bruni (2009), esse software consiste em um dos mais empregados para análises de dados estatísticos e é referencial na área das

ciências sociais, pois o SPSS exige que os dados a serem processados tenha sempre uma organização entre as variáveis e os casos a serem analisados.

Para organização dos dados serão elaboradas tabelas simples por frequência, com a finalidade de elucidar o número de matrículas; tipo de atendimento, nível de escolarização, modalidade de ensino; tipo de deficiência; entre outros. Através da organização e do estudo dos dados quantitativos far-se-á uma leitura aprofundada de abordagem qualitativa que possibilite a análise dos impactos sociais e políticos do fenômeno.

## **PRIMEIRAS SISTEMATIZAÇÕES - SEPARANDO AS PEÇAS DO QUEDRA-CABEÇA**

O estudo dos Microdados do Censo da Educação disponibilizado no portal do MEC nos revela um grande quantitativo de números que por si só não nos dizem nada, mas a partir de sua sistematização e cruzamentos eles mostram um mundo de possibilidades. Lê-los significa ir para além do que é visível do que está escondido e mascarado.

Dessa maneira, apresentaremos as primeiras organizações e os questionamentos que elas nos trouxeram visando cumprir com a imensidão dos objetivos elencados por esse estudo. Esse processo parece assemelhar-se ao de planejar diferentes situações para atingir aos objetivos de jogos estratégicos.

Para iniciar levantamos inicialmente a possibilidade de analisar o número de matrículas por município e ao longo do período, nesse contexto pudemos perceber que houve um aumento de matrículas de alunos com deficiência mental/intelectual, na maioria dos municípios, nos anos de 2010 e 2011, conforme tabela referente a um município em estudo.

**Tabela 1:** Matrículas na Educação Básica, município A

Categoria	Período				
	2007	2008	2009	2010	2011
sem deficiência	3067	3216	3161	3153	3282
com deficiência	57	66	56	100	111
<b>Total de Matrículas</b>	<b>3124</b>	<b>3282</b>	<b>3217</b>	<b>3253</b>	<b>3393</b>

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica, - INEP 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011



Em seguida, iniciamos o estudo das matrículas de alunos com deficiência, no município A, na tentativa de verificar quais são as deficiências que estão sendo atendidas pelo sistema escolar.

**Tabela 2:** Número de alunos matriculados por deficiência, município A

Tipo de Deficiência	2007	2008	2009	2010	2011
Cegueira	0	0	1	0	0
Baixa Visão	3	3	1	1	3
Surdez	1	1	2	3	2
Def. Auditiva	5	5	2	2	4
Surgo / Cegueira	0	0	0	0	0
Def. Física	5	5	11	12	10
Def. Mental	19	25	40	67	81
Transtornos	15	16	**	**	**
Síndrome de Down	6	6	**	**	**
Def. Múltiplas	7	9	4	0	0
Autismo	*	*	0	0	0
Aspenger	*	*	0	0	0
RETT	*	*	0	0	0
TDI	*	*	0	15	11
Superdotação	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>70</b>	<b>61</b>	<b>100</b>	<b>111</b>

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica, - INEP 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011

\* Categorias que entram no sistema a partir de 2009.

\*\* Categorias que saem do sistema em 2009.

Em seguida, buscamos verificar quais as deficiências desses alunos. O que verificamos é que o número apresenta uma pequena diferença entre eles o que nos leva a questionar quais os fatores que não apresenta um resultado preciso?

Inicialmente verificamos o número de alunos atendidos pelo município ao longo do período e ao encontrar as diferenças optou-se por fazer um estudo mais detalhado por ano em cada município, para posteriormente fazer o cruzamento com o período e, posteriormente entre os municípios. Assim iniciamos verificar as matrículas em cada nível de ensino por município e por ano, conforme tabela a seguir:

**Tabela 3: Número de alunos atendidos na Educação Básica, no município B, em 2007**

Nível de ensino Deficiência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	TOTAL	%
	Creche	Pré-escola	Séries iniciais	Séries finais			
Não possui	857	2.308	13.543	7382	3536	27626	99,7
Possui	0	3	71	14	3	91	0,3
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>2.311</b>	<b>13.614</b>	<b>7396</b>	<b>3539</b>	<b>27717</b>	<b>100%</b>

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica, - INEP/2007

Em seguida, verificar quais tipos de deficiência tem sido atendida para posterior estudo visando verificar o processo de crescimento ao longo do tempo e a sinalização de permanência ou exclusão desse aluno da escola.

**Tabela 4: Número de alunos atendidos na Educação Básica, por deficiência, no município B, em 2007**

Nível de Ensino Tipo de Deficiência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	TOTAL	%
	Creche	Pré-escola	Séries iniciais	Séries finais			
Cegueira	0	1	3	0	1	5	5,3%
Baixa visão	0	0	9	0	0	9	9,5%
Surdez	0	0	2	0	0	2	2,1%
<b>Def. auditiva</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>28,4%</b>
Surdo cegueira	0	0	0	0	0	0	0%
Def. física	0	0	7	1	0	8	8,4%
<b>Def. mental</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>33</b>	<b>34,7%</b>
TDG	0	0	3	1	0	4	4,2%
Sínd. de down	0	1	4	0	0	5	5,3%
Múltiplas	0	0	2	0	0	2	2,1%
Superdotação	0	0	0	0	0	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>76</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>95</b>	<b>100%</b>

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica, - INEP/2007

Essas primeiras tabelas trouxeram muitos questionamentos aos quais apresentaremos alguns, a saber se o número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica, dos municípios A e B ainda está abaixo com relação ao número de deficientes segundo a Organização Mundial de Saúde - Como se dá essa relação com os dados do IBGE?.

Por que no ano de 2007, no município B, o destaque de atendimento foi para a deficiência mental e auditiva. Por que ascensão dos alunos com

deficiência auditiva é proporcionalmente maior que a deficiência mental? Será que nesse município não há caso de superdotação? E alunos com surdo cegueira?;

Por que nas creches não há alunos com deficiência matriculados – Por que será que ocorre esse fato?

Que há um índice de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, na pré escola esse índice é ínfimo e há uma redução considerável para séries finais do ensino fundamental e acentua a ausência no ensino médio – Qual a lógica desse processo?

Como esses fatos se dão nos demais anos e nos demais municípios? Qual a relação da educação do campo com a urbana? Quais as nuances podemos verificar? Como as políticas inclusivas estão sendo implementadas. Essas são algumas questões que pretendemos verificar ao longo desse estudo através dos dados quantitativos, para posterior estudo qualitativo.

## **CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS**

Essa pesquisa está na fase inicial de coleta de dados. No entanto, verificamos que essa primeira etapa tem se constituído em uma fonte inesgotável de possibilidades de estudos e de questionamentos, bem como trazer possibilidades de analisar, avaliar e subsidiar políticas, propostas e programas educacionais.

Apesar dos dados quantitativos não dar conta de responder as questões subjetivas, muito utilizadas pelas ciências sociais. Eles, nesse estudo, estão sendo fonte essenciais para a compreensão do fenômeno, bem como tem trazido possibilidades para novos estudos.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Doc. Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 948, de 09 de outubro de 2007.

BRUNI, A. L.. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2009.

BUENO, J. G. S.. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CAIADO, K. R. M. Educação Especial nas escolas do campo: análise de um silêncio histórico. *Círculo de Produção do Conhecimento: CPC2 – Formação de Educadores do Campo. Anais*. Brasília. UNB. 2008. Disponível em: <http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/16.pdf>. Acesso em: 20 jan 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed (Rev). São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, E. M. Educação para todos - Saúde para todos”: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção às pessoas portadoras de deficiências. **Revista do Benjamim Constant**, 5 (14), pg. 3-19, 1999.

FISCHMANN, R. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 14, nº 40, jan/abr. 2009.

GARCIA, E. S. **O percurso escolar de alunos de classe especial para deficientes mentais**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba, 2000.

JANNUZZI, G. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v. 25, n.3, p.9-25. Maio. 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Conhecimentos e Análises da Política de Atendimento educacional ao Portador de Necessidades especiais em Mato Grosso do Sul. In: SENNA, E. (Org.). **Política Educacional de Mato Grosso do Sul na Trajetória das Políticas Sociais**. Campo Grande: UFMS, 2000.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Uma leitura da Educação Especial no Brasil. IN: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KASSAR, M. C.; LAPLANE, A. L. F. Desafios da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios brasileiros. In: **Grupo de Pesquisa no CNPq: Políticas Públicas de educação e inclusão**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá: 2010.

ROCHA, E. N.; PASSOS, J C.; CARVALHO, R. A.. Educação do Campo: Um olhar panorâmico. 11 p. In CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2, 2004. **Anais...** Luziania-GO, 2004. 1 CD-ROM.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed (Rev. e Amp.). São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, M. F. M.; SANTOS, M. M. C.; RODRIGUES, B. F.. Formação continuada de educadores rurais: repensando o ensino de história e geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. pp. 251-254, In JORNADA DE EXTENSÃO DA UFPA: "Extensão Universitária e Políticas Públicas", 10, 2007. **Anais...** Belém-PA: UFPA, 2007. Disponível em: <[http://www.proex.ufpa.br/arquivos/anais/jornadas/x\\_jornada/textos/10jornada\\_anais\\_04educac.pdf](http://www.proex.ufpa.br/arquivos/anais/jornadas/x_jornada/textos/10jornada_anais_04educac.pdf)> Acesso em: 25 de junho. 2012.